

ENSINO DE LITERATURA E FAMÍLIA: INTERAÇÕES POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LITERATURE AND FAMILY TEACHING: POSSIBLE INTERACTIONS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Poliana Bernabé Leonardeli  0000-0002-8023-1479
Faculdade de Ensino Superior de Linhares
Secretaria Estadual de Educação de Linhares
pleonardeli@gmail.com

Rayane Gomes Girelli
Faculdade de Ensino Superior de Linhares
vdgotas@gmail.com

Aline Souza Cerqueira
Faculdade de Ensino Superior de Linhares
williany.miranda@gmail.com

Recebido em 22 de julho de 2021
Aceito em 21 de dezembro de 2021

Resumo: Família e escola deveriam ser coparticipantes na formação do indivíduo, inclusive no que se refere às habilidades cognitivas. Nessa perspectiva, esta pesquisa objetiva-se a analisar a função da família no que se refere às práticas de leitura literária com crianças da Educação Infantil. O presente estudo se trata de uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, o instrumento aplicado para a coleta de dados foi um questionário estruturado enviado pelo *WhatsApp* aos participantes. Baseando-se nas informações levantadas foi analisada a influência das famílias na formação leitora dos educados em início de formação escolar. Os resultados da investigação apontam para uma participação inconsistente da família na formação leitora das crianças ao evidenciarem-se diversas fragilidades no que se refere à inserção da criança no universo da leitura

Abstract: Family and school should be co-participants in the formation of the individual, including with regard to cognitive skills. From this perspective, this research aims to analyze the role of the family with regard to literary reading practices with children from Kindergarten. This study is a field research with a qualitative approach, the instrument used for data collection was a structured questionnaire sent by WhatsApp to the participants. Based on the information collected, the influence of families on the reading training of those educated at the beginning of their schooling was analyzed. The results of the investigation point to an inconsistent participation of the family in the reading formation of children, as several weaknesses are evident with regard to the child's insertion in the universe of literary reading in the family environment.

Palavras-chave: Família. Educação. Literatura.

Keywords: Family. Education. Literature.

Introdução

Este trabalho pretende ampliar a discussão acerca da importância da leitura compartilhada entre família e criança, ou seja, pesquisar se ocorre de modo positivo a inserção da criança no mundo literário em ambiente familiar. Caso seja apontado um resultado ineficiente nessa relação, indicar os principais motivos do fracasso. Nesse sentido, com o trabalho busca-se responder as seguintes problemáticas: Se a família tem influenciado, direta ou indiretamente, na formação leitora dos estudantes?

Partiremos da hipótese de que as condições socioeconômicas e outros motivos diversos, como hábitos culturais arraigados, que variam de acordo com a realidade e a individualidade de cada família, influenciam na formação leitora dos indivíduos e que a construção da formação leitora nas crianças ocorre de forma relativa em ambiente familiar, pois se percebe que no Brasil impera um contexto dessemelhante ao hábito leitor.

Esta pesquisa será qualitativa, podendo-se classificar como exploratório–descritiva. Em relação aos procedimentos, utilizaremos a pesquisa de campo. Para procedimentos de coleta de dados existem diversas formas para admissão de informações e análises. Neste trabalho em específico será adotada a técnica de Pesquisa Questionário, que será semiestruturado e composto de perguntas direcionadas aos sujeitos envolvidos no trabalho: familiares dos alunos da turma de 5 (cinco) anos da Educação Infantil de um CEIM vinculado à rede pública do município de Linhares – E.S. As perguntas serão enviadas via formulário do *Google Forms* por canal eletrônico.

Por fim, devido ao momento circunstanciado que está sendo vivenciado nos anos de 2020 e 2021 diante da pandemia do COVID -19 adotaremos as medidas cabíveis para a realização desta pesquisa e da coleta de dados através do questionário, mantendo respeito às regras de distanciamento necessárias à segurança sanitária dos envolvidos.

2. A transformação do conceito de família e a implicação dessas mudanças no contexto escolar

A família é a instituição mais antiga da história e, por ser a primeira organização com a qual o sujeito tem contato, pode-se afirmar que é a mais importante para a formação do indivíduo. Essa instituição “é praticamente universal em todas as sociedades” (LYBBY et al., 2015, p. 22). Ao longo dos séculos, a configuração da família brasileira vem passando por alterações à medida que as relações sociais têm se transformado de diversos modos. Essas mudanças foram decorrentes da urbanização, do crescimento populacional, das inovações tecnológicas e das conquistas de direitos e deveres referentes à cidadania, dentre outros (SAMARA, 2002).

Sob esse aspecto as alterações nos modelos familiares não ocorreram de forma repentina, de modo que alguns modelos antigos perduram ao passo que novas configurações se desenham. A família patriarcal foi a primeira configuração oficializada em nosso território. Essa configuração de família perdura e continua sendo conservada e valorizada nos dias mais atuais (LYBBY et al., 2015). Nessas famílias, o pai tinha poder absoluto sobre as decisões e o papel da mulher limitava-se aos cuidados do lar e dos filhos. Vale ressaltar que nos finais do século XVIII até meados do século XIX, a Igreja e o Estado possuíam papel determinante no controle da população e no poder sobre a sociedade. Nesse período o esteio da sociedade assentava-se sobre o patriarcado e sobre o poder religioso (LYBBY et al., 2015).

Por serem vinculados à igreja, o casamento e sua descendência eram caracterizados como sagrados, contanto existiam famílias compostas de lares com mães solteiras, nesses casos os filhos eram considerados bastardos, ou seja, possuíam sua existência “fora do modelo de família defendido pela igreja e endossada pelo estado” (LYBBY et al., 2015, p. 38). Ainda assim havia casos de mulheres que geraram mais de um filho bastardo do mesmo modo que os homens. Esses acontecimentos eram chamados de fecundidade ilegítima, já que as mães davam à luz a seus filhos e não se casavam com o pai da criança (LYBBY et al., 2015). Reafirmando essa ideia Libby et al. (2015, p. 44) afirma que “[...] nem todos tinham possibilidade de formar uma família ‘legítima’ que a intensa mobilidade da população, sobretudo a masculina tinha repercussões sobre a formação da família [...]”. Desse modo, já se podem observar as fragilidades desse modelo.

As mudanças ocorridas nessa configuração foram paulatinas. À princípio, decorreram do fato de que as taxas de nascimentos, casamentos e óbitos eram em demasia no final do Brasil colônia e isso implicou em impactos na sociedade vigente. (LYBBY et al., 2015). As idades tanto dos homens como das mulheres em relação ao casamento variavam e tinham influências marcantes na condição financeira das partes e na reconfiguração de casamentos. Libby et al. (2015, p. 45) diz:

[...] para as mulheres a idade de acesso ao casamento era relativamente baixa - entre 19 e 20 anos- e variava pouco entre as mulheres de elite e as demais e que, pelo contrário, entre os homens a variação era maior – os homens de elite casavam-se consideravelmente mais tarde que os demais, muitas vezes acima dos 30 anos) [...].

De todo modo, a função da família, em vários momentos da história, tem implicâncias imprescindíveis para a formação sócio-histórica e para o funcionamento de diversas instituições ao longo dos tempos. Libby et al. (2015) faz algumas considerações acerca da relevância da base familiar.

A formação familiar deve ter, pensando no sentido mais amplo possível, um sentido que vai muito além do simples ajuntamento biológico de parceiros e a subsequente procriação e criação dos filhos. Seria muito acurado pensar na formação familiar como um verdadeiro processo histórico que atravessava gerações e envolvia estratégias de perpetuação repetidamente baseados em gestos de solidariedade familiar. (LYBBY et al., 2015, p. 80).

Nesse sentido, as mudanças ocorridas na configuração das famílias, principalmente no último século, têm transformado a forma dos indivíduos interagirem com o meio social e dentro da própria parentela. Pode-se exemplificar isso com a forte presença na atualidade de famílias monoparentais, em que mãe/avós e filhos convivem no lar sem a presença masculina. Nessas configurações, as mulheres destinam menos atenção aos filhos, devido ao fato de serem provedoras do lar e ainda serem responsáveis pela maternidade e tarefas do lar (SAMARA, 2002).

Muitas dessas mudanças nos espectros familiares devem-se ao fato das transformações culturais e sociais advindas do capital e podem ser atribuídas diretamente às grandes mudanças da economia mineradora do século XVIII, à economia cafeeira nos séculos XIX, ao cultivo de cacau, no início do século XX, e, posteriormente, à industrialização, ao fluxo imigratório e à procura pela vida urbana em

busca de mudanças de vida econômica ao longo de todo século XX e início de século XXI (SAMARA, 2002).

Já então nos séculos XVIII, por exemplo, as mulheres passaram a se adequar ao mercado em meios urbanos, por consequência dos cultivos de cana de açúcar, quando a mão de obra era reduzida e isso fazia com que a presença feminina ocupasse vagas que antes eram masculinas. Isso já naquela época favoreceu as mudanças de gênero no campo do trabalho e na organização familiar (SAMARA, 2002).

Devido às mudanças ocorridas no Brasil em relação aos contextos familiares, o modelo patriarcal acabou sendo apenas mais uma configuração, sendo muito comum na atualidade famílias chefiadas por mulheres ou famílias monoparentais sem a presença da figura masculina. Alves (2010) pontua:

O modelo de “família normal” integrada por um pai provedor, uma mãe dona de casa e seus filhos, como garantia intergeracional do futuro e da reprodução contínua do mesmo tipo de célula familiar, não corresponde ao tipo predominante de arranjo doméstico contemporâneo existente no Brasil e em outras partes do mundo. Embora tipos tradicionais de família sejam encontrados, a família, em geral, não é nem homogênea e nem harmonicamente integrada como sugerem as descrições de alguns tipos ideais que não levam em consideração o contexto de desigualdades sociais existentes em um mundo globalizado, com seus mecanismos de exclusão e estratificação social (ALVES, 2010, p.8).

Por conseguinte, no decorrer dos tempos, a família, ao afastar-se do patriarcado, deixou de ser modelo de reprodução de valores conservadores tradicionais. Essas mudanças ocorreram ao longo do tempo devido principalmente as mulheres alcançarem os mesmos direitos dos homens ao inserir-se no campo do trabalho. Alves (2010) atribui esses fatores ao:

[..] o processo de urbanização, assalariamento, escolarização, inserção feminina no mercado de trabalho e de declínio da produção de subsistência e das empresas familiares, juntamente com os avanços tecnológicos no campo da regulação da fecundidade (pílula anticoncepcional, DIU, injetáveis, contracepção de emergência, etc.) e com as mudanças de caráter jurídico (fim da supremacia do pai e marido, equivalência entre casamento e concubinação e entre filhos legítimos e ilegítimos) possibilitaram a transformação da padronização familiar, para um sistema onde prevalecem, pelo menos em tese, relações de direito entre indivíduos, com base no consentimento mútuo e um menor poder das hierarquias (ALVES, 2010, p. 9).

Registre-se ainda que ao sair de casa para trabalhar a mulher deixou de ter o papel principal de cuidar dos filhos, do cônjuge, quando o possui, e do lar, para cuidar também do ofício empregatício que são as atividades laborais. Essa perspectiva permanece até hoje. Isso implicou em várias atribuições de responsabilidades às mulheres e o cuidado dos filhos passou a ser terceirizado: babás, escolas e creches passaram a apoiar as famílias na educação das crianças (SZYMANSKI, 2009). No que se refere à educação livresca, esta passou a ser quase exclusivamente função da escola.

Entretanto, a tarefa de educar e ensinar deve ser atributo das duas instituições, família e escola, em níveis diferentes, mas cada uma possui sua importância e competência nessa função. Szymanski (2009, p. 100) afirma:

Há inúmeros fatores a serem levados em conta na consideração da relação família/ escola. O primeiro deles, é que a ação educativa dos pais difere, necessariamente, da escola, nos seus objetivos, conteúdos, métodos, no padrão de sentimentos e emoções que estão em jogo, na natureza dos laços pessoais entre os antagonistas e, evidentemente, nas circunstâncias em que ocorrem.

No entanto, o ofício de educar apresenta-se, sobretudo, como uma tarefa difícil para a escola no contexto social atual, pois as relações familiares que muitas vezes são estabelecidas nesse contexto de marginalização do capital são complexas para a escola. Os núcleos familiares hoje são plurais (patriarcais, monoparentais, homoafetivos, poliafetivos) e também marcados por questões de ordem socioeconômica que afetam diretamente na vida estudantil das crianças.

Temos ainda neste mesmo aspecto, mães que cuidam de filhos sozinhas, ou que engravidaram muito jovens, filhos criados sem pai ou sem mãe, filhos que são criados por casais homoafetivos, pelos avós ou indivíduos com outros graus de parentesco. Enfim, arranjos familiares diversificados. E nem sempre os indivíduos da comunidade escolar estão prontos a lidar com essa diversidade. No entanto, a instituição deve procurar se adequar para lidar com tantas diferentes situações e arranjos familiares e estar preparada para interagir com os modelos de famílias atuais. Mott et al. (2009, p.66) afirma:

Com essas questões em mente e a devida preocupação com a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva, entendemos que uma forma de iniciarmos essa prática, para além da retórica intelectual, é vivenciarmos concretamente um dos pilares fundamentais da educação, o aprender a viver juntos. Este pilar traduz a demanda escolar de propiciar às crianças, concomitantemente, vivências de igualdade e diversidade.

É oportuno enfatizar que o âmbito escolar é o local de construção de valores sociais e do saber, e que como promotora de conhecimento a escola deve estar aberta para as famílias em todas as questões que envolvam o processo educativo do estudante, não deixando de envolver a parceria da família nesse trajeto. “Distintas e parceiras, escola e família devem constituir espaços que contemplem a formação da infância sobre preceitos de felicidade e cidadania” (MOTT et al. ,2009, p. 66).

Portanto sabe-se que a família é considerada como “construção social e histórica” (SZYMANSKI, 2009, p.18) assim como a escola é produto da sociedade, a sociedade é produto da escola, então uma escola que trabalha e se preocupa em ser uma instituição igualitária, sem práticas de preconceitos, preocupada em formar alunos críticos, cidadãos com valores éticos e que procura formar parcerias com as famílias dos discentes, permitirá construir uma geração de sujeitos que contribuirão para o crescimento e a melhoria social.

3 A Literatura como direito a partir dos estudos de Cândido e Freire

Em princípio, o primeiro contato com a literatura antecede a língua escrita, e ocorre por meio da leitura de mundo, segundo o educador Paulo freire (1989), no livro “*A importância do ato de ler*”, o conhecimento de mundo precede a leitura da palavra, sendo assim, antes mesmo da apropriação da fala, as crianças já possuem saberes,

apropriados das vivências familiares e das experiências com o mundo externo. Todas essas informações são chamadas conhecimentos de mundo, ou conhecimentos empíricos. Quando as crianças adentram nas instituições escolares estão carregadas desses saberes, sendo assim, são capazes de aprender e ensinar, já possuem conhecimentos, já fazem leitura de mundo.

Contudo a literatura, ou seja, o conjunto artístico literário materializado em obras é fundamental para a formação do indivíduo, pois sua prática além de socializar, eleva o nível de conhecimentos ao universo mais abstrato (SAVIANI, 2012), proporcionando o crescimento do senso crítico do sujeito e levando-o a se relacionar melhor com os outros e com as diversidades, portanto a literatura é um fator fundamental para constituição do indivíduo (CÂNDIDO, 2011).

[...] A literatura é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. Neste sentido, ela pode ter importância equivalente a das formas consciente de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar (CÂNDIDO, 2011, p. 177).

Diante dos argumentos supracitados, além do contato social e familiar que o sujeito vivencia, a literatura é um agente muito importante na vida da criança no processo de aprendizagem e de elaboração das práticas de relação cotidiana. Contudo, se podem apontar alguns empecilhos ligados à formação leitora, seja por questões socioeconômicas da sociedade civil, seja por passividade governamental, o que é um entrave à formação humana plena do indivíduo.

Segundo Cândido (2011) o progresso alimenta a péssima distribuição dos bens no Brasil, tal desigualdade resulta na classificação da prioridade dos bens à construção da dignidade, ao qual o autor nomeia como bens incompreensíveis, ou seja, aqueles que não podem ser negados a ninguém. São incompreensíveis, de acordo com o autor “a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura” (CÂNDIDO, 2011, p.176).

Tomando como norte a máxima do autor, a literatura estaria associada a um desses direitos humanos, entretanto, a sociedade não reconhece a literatura como direito inalienável e não se organiza para garantir aos cidadãos seu acesso (CÂNDIDO, 2011). Ressalta-se ainda que,

O fato é que cada época e cada cultura fixam os critérios de incompressibilidade, que estão ligados a divisão da sociedade em classes, pois inclusive a educação pode ser instrumento para convencer as pessoas de que o que é indispensável para uma camada social não é para outra (CÂNDIDO, 2011, p.175).

Nesse mesmo entendimento, Paulo Freire afirma que “As contradições que caracterizam a sociedade como está sendo penetram a intimidade das instituições pedagógicas em que a educação sistemática se está dando e alteram o seu papel ou o seu esforço reprodutor da ideologia dominante” (FREIRE, 1989, p.16). Sendo assim, a educação escolar, na visão da pedagogia histórico -crítica, deve assumir a função de resolver os entraves dessa questão (SAVIANI, 2012). Nesse sentido, conforme Cândido (2011, p.189):

Em princípio, só em uma sociedade igualitária os produtos literários poderão circular sem barreiras, e neste domínio a situação é particularmente dramática em países como o Brasil, onde a maioria da população é analfabeta, ou quase, e vive em condições que não permitem a margem de lazer indispensável a leitura. Por isso, numa sociedade estratificada deste tipo de fruição da literatura se estratifica de maneira abrupta e alienante.

Ademais, outro fator desfavorável ao acesso a literatura segundo Cândido (2011) junto ao problema da desigualdade social e econômica está a questão da intercomunicação dos níveis culturais e esta distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para manter uma separação do ponto de vista cultural da sociedade. Conforme, Freire (1989, p. 20):

Do ponto de vista autoritariamente elitista, por isso mesmo reacionário, há uma incapacidade quase natural do povão. Incapaz de pensar certo, de abstrair, de conhecer, de criar, eternamente "de menor", permanentemente exposto às ideias chamadas exóticas, o povão precisa de ser "defendido". A sabedoria popular não existe, as manifestações autênticas da cultura do povo não existem, a memória de suas lutas precisa ser esquecida, ou aquelas lutas contadas de maneira diferente; a "proverbal incultura" do povão não permite que ele participe ativamente da reinvenção constante da sua sociedade. Os que pensam assim e assim agem, defendem uma estranha democracia, que será tão mais "pura" e perfeita, segundo eles, quanto menos povo nela participe.

Ainda nesse viés, Freire (1989) reforça a posição crítico- democrático da biblioteca popular que implica na compreensão da palavra escrita e nas relações com o seu contexto, ou seja, na sua relação de leitura de mundo. Dessa forma, a constituição do acervo de livros das instituições escolares deve promover uma política cultural, defendendo que, "[...] a biblioteca popular, como centro cultural e não como um depósito silencioso de livros, é vista como fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação com o contexto" (FREIRE, 1989, p.20).

Portanto, conforme preconiza Cândido (2011), numa sociedade justa com respeito aos direitos humanos todos devem ter acesso aos diferentes níveis de cultura, sendo o acesso da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis um direito inalienável. Em contrapartida, questões relacionadas à organização socioeconômica privam as classes trabalhadoras do acesso ao conhecimento pleno (SAVIANI, 2012) impedindo que a escola se constitua como canal de saberes culturais perenes.

4 A família e a escola na formação leitora das crianças

A formação leitora é um assunto muito importante, no entanto, pouco priorizado socialmente. Dalvi et al. (2018, p.139), de encontro a Cândido (2011), descrevem a leitura como um "bem indispensável para humanização". Assim, o art. 227 da Constituição Federal de 1988, define alguns papéis prioritários das instituições em relação às crianças, a saber:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p.37).

Nesse sentido, fica expresso legalmente os papéis sociais que a sociedade deve desempenhar, sobretudo priorizando a vida dos mais frágeis, as crianças. Mas decorrente de fragilidades presentes na tecitura de nossa formação como nação nem todos esses direitos são garantidos. De todo modo, boa parte dessas garantias são responsabilidade da família e da escola, duas instituições primordiais inclusive para a aprendizagem das crianças, que se inicia no ambiente familiar, pois é nele que a criança tem seu aprendizado empírico, e se sintetiza na escola, que se assenta em saberes mais científicos, e essa relação deve ser de cooperação (SZYMANSKI, 2009).

Segundo a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seus artigos iniciais são compreendidos bem explicitamente os princípios que definem que família e escola devem ter relação de cooperação. Portanto, a educação complementa a ação da família (BRASIL, 1996). Sendo assim família e escola devem caminhar lado a lado, para que ajustem projetos de aprendizagem e acompanhamento para o desenvolvimento das crianças.

A prática de leitura com as crianças da Educação Infantil pode ser realizada tanto na escola quanto no âmbito familiar, ler ou contar histórias a uma criança é amplamente comum nas mais diversas culturas e essa prática vem se reproduzindo através dos tempos, além disso, crianças que vivenciam momentos de leitura no ambiente familiar têm possibilidade de ampliar seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e social, uma vez que essas interações são de suma importância na formação do indivíduo (SZYMANSKI, 2009).

Desde o nascimento as crianças estão abertas ao mundo “pois ao nascer a criança, já tem lugar numa rede de trocas intersubjetivas através das quais saberes, sentimentos, emoções e significados são veiculados”. (SZYMANSKI, 2009, p.18). Assim o primeiro contato com a literatura é feito através da voz, do rosto da mãe, seus familiares ou da professora. Mais tarde, esse contato é realizado através das histórias infantis utilizadas usualmente pelos adultos interlocutores como forma de entretenimento ou distração e podem oferecer mais que o universo ficcional, sobretudo a importância cultural que carregam como transmissoras de valores sociais (SZYMANSKI, 2009).

Nesse sentido, a formação leitora da criança na escola de Educação Infantil acontece através do contato de diferentes gêneros textuais, compreendendo suas funções e seus usos (BRASIL, 2017). Dessa forma, a leitura e a escrita de diferentes textos serão práticas incorporadas ao cotidiano escolar por meio de diversos tipos de livros e de pequenos textos, que constituirão os primeiros passos em uma prática que se fará mais complexos posteriormente, tornando-se objeto de ensino antes mesmo da criança ter formalmente construído o sistema de escrita (ZILBERMAN 1988).

Na BNCC (2017) o ensino na Educação Infantil é baseado em campos de experiências e o ensino de literatura é pautado na Literatura Infantil, cuja prática desenvolve o gosto pela leitura, ao estimular a imaginação e ao ampliar o conhecimento de mundo das crianças. Nessa perspectiva, a literatura na Educação Infantil desperta a curiosidade, estimula a imaginação, desenvolve a autonomia e o pensamento, proporciona vivenciar diversas emoções como medo e angústias, ajudando a criança a

resolver seus conflitos emocionais próprios, aliviando sobrecargas emocionais (BRASIL, 2017).

De acordo com as práticas pedagógicas estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), os currículos devem ter como eixos norteadores as interações e brincadeiras e a garantia de experiência que “Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos” (BRASIL, 2010, p. 25).

Assim, pode-se dizer que certamente a escola tem um papel importante e fundamental na formação leitora, pois apresenta desde cedo às crianças como desenvolver e utilizar as capacidades de leitura, trabalhando diariamente com diversos gêneros e apresentando seus instrumentos através das mediações com os profissionais da educação no cotidiano escolar (ZILBERMAN, 1988). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) enfatiza a importância do contato da criança com a literatura infantil ainda primeira infância:

Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. (BRASIL, 2017, p. 42).

Nesse sentido de contexto educacional, no processo de formação das crianças como leitoras, o professor assume uma função valorosa no ensino e no manejo com os diversos materiais escritos, pois estes servem como modelo e aparatos pedagógicos de ensino aprendizagem, trazendo como referência sua prática como um leitor. Assim como afirma Freire (1996, p. 13):

[...] os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos.

Mediante o exposto fica evidente a importante tarefa das instituições de Educação Infantil, em oferecer profissionais como referências de leitores e inserir as crianças em práticas de leitura literária, para que elas tenham a oportunidade de começar a desenvolver, desde cedo, as competências e habilidades de leitura tão imprescindíveis para toda a vida. Dalvi et al. (2018, p. 145) afirma:

A escola, sendo espaço de aprendizado, tem uma parcela imprescindível na formação do leitor, porém outras instâncias da sociedade também têm responsabilidades para assegurar uma vida mais digna e igualitária para o cidadão.

A leitura poderá proporcionar amplitude para formação intelectual da criança, sendo esta trabalhada através de diversas abordagens metodológicas dentro de sala de aula pelo professor regente, utilizando-se de diversos recursos, mecanismos e

abordagens para que o ensino seja mais próximo possível da realidade do aluno, que o ensino seja prazeroso e que garanta uma aprendizagem efetiva, sendo assim é necessário que o docente receba da instituição uma estrutura adequada para que haja um ambiente propício para acontecer à formação leitora de seus alunos (DALVI et al., 2018).

A escola sendo partícipe real da formação do indivíduo deve promover ações em que os discentes possam ter experiências e o contato com livros e, conseqüentemente, a leitura, contato com a arte, cultura, parcerias e visitas de escritores às escolas, ou seja, ter espaços de leitura disponíveis aos alunos. Como bem expressa Kramer (1998, apud DALVI et al, 2018, p. 156):

Formar leitores críticos é central para consolidação da cidadania, pois cidadania se constrói com política, cultural ampla. Similarmente, a formação é direito dos cidadãos e das cidadãs – logo, é direito dos professores. Mas, a formação de leitores passa também pelo acesso a bibliotecas, exposição, feira de livros, museus, teatros, cinemas, espetáculos musicais ou de dança.

Assim na sua obra, Krug (2015) enfatiza sobre as funções da escola na formação leitora:

Pode-se entender que a função da escola consiste em desenvolver no educando a capacidade de aprender a aprender, estruturando suas práticas pedagógicas com vistas à formação moral e social do indivíduo, incluindo a estruturação de um sistema contínuo de troca de informações, amparado por uma biblioteca com acervo capaz de suprir as demandas da leitura, bem como por outros ambientes de apreciação da escrita onde haja circulação e aproveitamento do conteúdo de livros, recorrendo a profissionais qualificados. Caso a escola não atenda a esse propósito, caberão a esta a criação e ampliação de seu espaço físico e dos subsídios que auxiliam tais práticas, recorrendo aos recursos que lhe são por direito designados. (KRUG, 2015, p. 8)

Por outros termos é inegável dizer que essa incumbência não é somente das escolas, pois compete também às famílias fazer essa função de intermediador nesse processo, prevalecendo sempre o reconhecimento mútuo entre ambas as instituições. Sendo assim, a família como primeiro agente de formação do indivíduo desempenha uma atribuição essencial principalmente na educação das crianças. E como resume (SZYMANSKI, 2009, p. 22) “é na família que a criança encontra os primeiros ‘outros’ e, por meio deles, aprende os modos humanos de existir”. Ao passo que é na família que a criança cria laços, vivência experiências, troca afetos e também ensinamentos, “pois o ambiente familiar é propício para inúmeras atividades que envolvem a criança numa ação intencional, numa situação de trocas intersubjetivas” (SZYMANSKI, 2009, p. 24). De acordo com Botini e Farago (2014, p.52):

Os estímulos dos pais e a convivência com materiais de leitura no ambiente familiar permitem que o indivíduo construa gosto pela leitura, através da leitura de jornais, do livro de receitas que a mãe utiliza, entre outros. Ao estimular e oportunizar a interação entre o texto e o leitor em formação, a leitura passará a ser ferramenta para o conhecimento de mundo, tanto o da imaginação quanto o de inclusão social.

Dentro dessa perspectiva, as famílias dispõem de um aporte importante para a educação e para a formação dos filhos e conseqüentemente para a prática da leitura, pois ela “é vista prioritariamente como transmissora de cultura” (SZYMANSKI, 2009, p. 60), sendo assim, a leitura proporcionada e experimentada na família se torna uma ação de incentivo e um ambiente influenciador e educador para formação leitora da criança.

Dessa forma, a leitura é o caminho que o indivíduo enquanto ser social utiliza para se aproximar, comunicar e aprender. A vista disso, a escola deve deliberar práticas educativas de incentivo à leitura literária, ao passo que, a família que atua como base social e emocional formadora de educação e caráter, deve trabalhar junto à escola acompanhando e atribuindo significado na prática diária de leitura literária a seus dependentes.

5 Escola, família e literatura – uma perspectiva atual

Baseando-se em Dalvi et al. (2018), pode-se afirmar que esse contexto é uma situação recorrente da história da educação nacional e mesmo que, de uma forma ou outra, por exemplo, por parcerias público-privadas e inclusão de avaliações externas como norte pedagógico se tente camuflar os problemas educacionais dando a falsa impressão de melhoria, no entanto, se observa atualmente os problemas de outrora se repetindo.

Dessa forma, Dalvi et al. (2018) reitera que os entraves educacionais mais profundos, dos quais as políticas públicas buscam se esquivar, emergem através do comportamento do alunado: como a indisciplina, a falta de atenção às aulas, o aparente desinteresse pelos conteúdos e o baixo rendimento. Essa realidade é constatada também pelo maior estudo sobre educação do mundo, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que apontou no ano de 2018, baixo desempenho dos estudantes brasileiros em leitura, matemática e ciências, se comparado a outros 78 países que participaram da avaliação (PISA, 2018).

Outro aspecto recorrente desse contexto de crise é a questão da falta de investimentos em educação, uma das razões pela qual a realidade das instituições escolares não oferece meios adequados à aprendizagem. A valorização dos professores é outro aspecto, com seus salários congelados, planos de carreira atacados e formação cada vez mais precarizada, a carreira docente torna-se desinteressante a boa parte dos estudantes em idade universitária.

Somam-se a isso a falta ou a fragilidade de bibliotecas escolares que não oferecem meios adequados para formação leitora devido à deficiência ou à ausência dos acervos de livros, seja pelos livros que não são atraentes para a idade das crianças, seja pela inexistência deles (DALVI et al., 2018). Essa realidade se torna um fator desfavorável para a formação leitora e que se repete ao longo do tempo, visto que bibliotecas e acervos de boa literatura nunca foram prioridade na história da educação nacional, até o contexto atual. Nessas condições adversas é que os professores são convidados a sobreviver e a coexistir, e a preparar um mundo para as futuras gerações (DALVI et al., 2018).

Segundo Dalvi et al. (2018), a escola tem a função de formar o indivíduo para a literatura e, assim, via escolarização, educar os sujeitos para a transformação da sociedade que queremos. No entanto, a tarefa de educar não é somente das escolas, pois compete também às famílias fazer essa função e intermediador nesse processo,

prevalecendo sempre o reconhecimento mútuo de papéis entre ambas as instituições. Segundo Szymanski (2004, p. 13):

Quanto à dimensão cognitiva nas práticas familiares, é preciso lembrar que as condições de desenvolvimento cognitivo proporcionado pelo ambiente familiar, por meio de suas práticas educativas, relacionam-se com a realização escolar durante a vida das crianças e adolescentes. A escola, tanto ou mais do que a família, tem um papel preponderante na constituição identitária das pessoas em sua inserção futura na sociedade e quanto maior a sincronia entre escola e família, tanto melhor para o desenvolvimento de crianças e jovens.

Sendo assim, a família como primeiro agente de formação do indivíduo desempenha uma atribuição essencial principalmente na educação das crianças, nesse sentido a prática de leitura literária com as crianças pode ser realizada tanto na escola quanto no âmbito familiar. Entretanto, conforme preconiza Szymanski (2004) as famílias em condições de pobreza ficam prejudicadas por não oferecerem condições materiais aos filhos para cumprimento das expectativas da escola.

Desse modo, de acordo com Dalvi et al. (2018), a escola dispõe de um aporte importante para a formação leitora em um contexto onde as desigualdades se fazem presentes. E no atual contexto, as famílias e as minorias sofrem com as condições sociais divergentes da sociedade sobrando à escola a função de atuar nesse campo com mais empenho. Segundo Dalvi et al. (2018, p. 28):

[...] muitos de nós nascidos em famílias pobres, com pais semiescolarizados, tendo vivido no campo escorchado pelo agrobusiness ou nas periferias urbanas violentadas cotidianamente, estudado em escolas públicas precárias, realizado nossos estudos pós-graduados com bolsas de pesquisa aviltantes e às vezes conciliando exaustivas jornadas com a leitura de centenas de páginas difíceis— com tudo isso, essa contradição dialética que é a escola conseguiu que, ao menos, saibamos que a solução para o país não é fácil, não é simples.

Dessa forma, mediante ao contexto em que muitos estudantes vivenciam na atualidade: advindos de famílias na margem da pobreza, com pais com baixa escolaridade, residindo em interiores ou em regiões periféricas, são muitas as dificuldades que ainda se enfrentam para a aquisição de conhecimento, no entanto, diante dessas circunstâncias a escola pública, mesmo em condições precárias, não deve obliterar o ensino literário a quem mais dele necessita (DALVI et al., 2018).

6 Procedimento e análise de dados

Este estudo, que tem caráter exploratório e descritivo, teve início no ano de 2021, em uma escola de Educação Infantil do município de Linhares. Por meio de pesquisa com familiares dos alunos matriculados em uma instituição de Educação Infantil, procurou-se verificar como se dá o processo de influência das famílias na formação leitora dos alunos.

Para tal procedimento, utilizou-se de alguns métodos para compreender questões históricas e sociais relativas à educação, à instituição familiar e à formação leitora.

Primeiramente recorreu-se a dados e a fontes bibliográficas por meio de livros, periódicos, leis, sites, revistas eletrônicas, entre outras fontes.

Outro instrumento utilizado para coletar os dados dos participantes nesta pesquisa foi o questionário, aplicado a um total de 16 (dezesesseis) familiares responsáveis diretos por alunos devidamente matriculados na instituição. Por meio de um aplicativo, *Google Forms*, foi enviado um *link* que direcionava os participantes ao questionário através do dispositivo celular/ computador de quem acessa.

Para a obtenção dos dados da pesquisa foi necessário um primeiro contato por telefone com a direção e posteriormente o comparecimento na escola em questão para diálogo com a pedagoga responsável a fim de apresentar os objetivos do trabalho. Por fim, conseguiu-se a aprovação da direção para a aplicação do questionário.

Em seguida, a pedagoga cedeu o contato de telefone para que se pudesse fazer o envio do *link* do aplicativo *Google Forms*, de modo que ela pudesse direcionar posteriormente aos grupos de familiares. Foi delimitado um prazo de sete dias para que se cumprissem as respostas. O fato de escolher essa opção de envio decorreu do período de aulas em ensino remoto, ou seja, não presenciais, devido decreto estabelecido pelo Governo do estado e município por motivo da Pandemia do COVID 19. Portanto, foi a opção segura mais viável encontrada para a obtenção dos dados.

No decorrer do tempo estabelecido os familiares demonstraram baixo interesse, na primeira semana não obtivemos respostas, para assegurar a nossa pesquisa insistimos com a pedagoga para que nos auxiliasse reforçando no grupo de aplicativo *WhatsApp*, com isso obtivemos, ao final, o total de 16 respostas dentre um total de 100 pessoas aproximadamente que receberam o questionário em um primeiro momento.

6.1 Perfil dos participantes da pesquisa

As famílias dos alunos que estão matriculados na escola em que foi aplicado o questionário são familiares, em geral, que possuem em média uma renda salarial que varia de meio salário até acima de dois salários mínimos, nesse aspecto foram identificados como autônomos, do lar, domésticas e assalariados. A grande parte da composição familiar é composta de até quatro integrantes. A maioria das famílias não possui nenhum programa de benefício/auxílio governamental. Alguns desses familiares têm ajuda de terceiros para os cuidados com os filhos, em alguns casos possuem babás e auxílios de avós, cônjuges e irmãos mais velhos das crianças.

6.2 Análise de dados coletados

Gráfico 1- Hábito leitor dos Pais e responsáveis

Você tem o hábito de ler?



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O gráfico demonstra que 75% dos familiares questionados afirmam ter o hábito de leitura, enquanto 25% disseram não o ter. Em contrapartida a essas afirmações Dalvi et al. (2018, p. 147) enfatiza que:

O Brasil, segundo avaliações sistêmicas quanto aos índices mundiais de leitura apresenta baixos resultados. Embora já existam avanços gradativos, nossa nação é pouco leitora. A escola, em uma sociedade como a nossa, em que a maioria das famílias não pratica leitura e escrita, se constitui lugar por excelência onde as novas gerações apreenderão a ler e a escrever e crescerão no domínio das habilidades necessárias ao seu exercício. Entretanto, os contextos tradicionais de desenvolvimento de ações voltadas para a prática da leitura e da escrita em sala de aula, a partir de um currículo predominantemente disciplinar, pouco têm contribuído para mudar esse quadro.

Dessa forma ao analisar as respostas entende-se que os familiares fazem uso de algum tipo de leitura que julgam preferida em sua rotina, contudo sabe-se no decorrer da pesquisa que foram constatados que exercem pouca prática de leitura literária em âmbito familiar, resultando em uma confirmação às palavras do autor citado acima e das avaliações sistêmicas atuais feitas no país, em que se constata que as pessoas ainda tem pouco ou nenhum hábito de leitura literária.

Gráfico 2 – Frequência de leitura

Se a resposta for sim, com qual frequência você costuma ler:

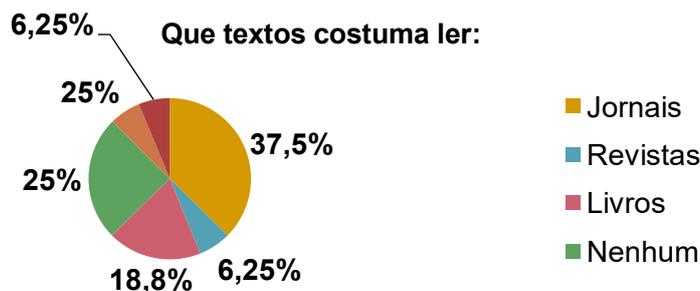


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Observando os dados do gráfico 2 (dois), tomando como base o gráfico 1 (um) 46,2 % dos familiares responderam que leem diariamente, em seguida outros na mesma proporção, de 15,4%, responderam que possuem frequência de leitura semanalmente e quinzenalmente. Em continuação ao resultado do gráfico, 15,4% apontam que leem mensalmente e 7,7% disseram que não têm frequência de leitura.

Zilberman (1988, p. 17) preconiza que o ato de ler qualifica-se como “uma prática indispensável para o posicionamento correto e consciente do indivíduo perante o real”. Assim, pode-se concluir que ler com frequência certamente elevará níveis de conhecimentos e posicionamentos sobre o mundo em amplos aspectos, além de contribuir para diversas áreas cognitivas, sociais, emocionais e culturais para o ser humano

Gráfico 3 – Textos de leitura



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conforme o gráfico apresentado, os resultados apontam que 37,5% das famílias fazem uso de leitura de jornais, em seguida 25% diz não ler nenhum tipo de gênero textual, enquanto 18,8% disseram ler livros, pode-se observar também que 6,25% afirmaram que leem de tudo um pouco, já outros 6,25% preferem revistas e continuando a análise 6,25% apontaram ler todos os itens citados.

Cândido em sua obra define literatura como um “bem humanizador” (2011, p. 188). E ainda como “bens incompreensíveis” (2011, p. 175), ou seja, aquilo que é necessário para a humanidade. Em suma a literatura é essencialmente algo importante capaz de mudar a vida do ser humano.

Porém, apesar de indicarem que são leitores cotidianos, observando os dados apresentados pode-se apontar que os familiares não leem em sua maioria obras literárias, preferindo leituras de jornais, revistas ou “de tudo um pouco” evidenciando o desconhecimento geral dos gêneros. Pode-se inferir que essas leituras que alegam fazer devem-se ao fato de que as informações na atualidade podem ser adquiridas em qualquer lugar, até no ambiente de trabalho não somente no ambiente doméstico, que é o foco desta pesquisa. Dessa forma analisou-se que as famílias apresentadas em questão leem acentuadamente poucas obras literárias, mas procuram ler outros gêneros textuais.

Nas palavras de Samara (2002) o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho formal e a excessiva carga horária dos responsáveis no mercado de trabalho têm grande influência na prática cotidiana de leitura literária desses indivíduos. Visto que os adultos possuem várias incumbências trabalhistas e pessoais, não permitindo que tenha tempo hábil para ler literatura para si e, conseqüentemente, para o dependente no ambiente familiar.

Gráfico 4 – Importância da leitura na família

Você considera importante a leitura compartilhada na família para a formação leitora das crianças:



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Indagados sobre a importância da leitura compartilhada dentro do âmbito familiar, os envolvidos da pesquisa foram unânimes, como pode ser comprovado no gráfico 4 (quatro), todos responderam assertivamente à questão. Nesse sentido Botini e Farago (2014, p. 51) destacam em sua obra que “ao estimular a leitura no ambiente familiar, simultaneamente os níveis de leitura (sensorial, emocional e racional) se encontram presentes [...]”.

Gráfico 5 - Compra de livros

Você costuma investir na compra de livros para leitura?



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O gráfico mostra que 50% das famílias investem na compra de livros, outras 25% responderam quase sempre para a pergunta, seguindo a análise outras 18,8% afirmaram que raramente aplicam dinheiro em livros e 6,25% admitiram que nunca compram livros. Cândido (2011) destaca que a literatura é um direito para a humanidade assim como vestuário, alimentação e moradia. Haja vista que grande parte dos familiares questionados investem recursos alguma vez, logo essa prática não é rotineira, como dizem os 50% dos que investem na compra assiduamente.

Assim sendo, mesmo os familiares sabendo da importância da compra de livros e da importância de leitura, é necessário primeiramente dispor de recursos financeiros para adquirir tal recurso. E pode haver inclusive outros fatores preponderantes para não suceder tal investimento, no qual eles elegem ser mais necessários.

Gráfico 6 – Rotina para leitura

Na sua residência você tem uma rotina estabelecida destinada para leitura com as crianças:



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Ao serem interrogados sobre ter algum tipo de rotina de leitura estabelecida em casa com as crianças, 50% dos participantes alegaram que sim, ao passo que 50% das famílias afirmaram não desfrutar desta rotina. Szymanski (2009, p. 99) enfatiza que “as famílias têm de dar acolhimento a seus filhos: um ambiente estável, provedor, amoroso. Muitas, infelizmente não conseguem”. Botini e Farago (2014, p. 51) afirmam que “a leitura, quando iniciada no ambiente familiar pode fazer com que o leitor tenha mais facilidade em compreender textos, havendo uma compreensão de mundo melhor”.

Dessa maneira é perceptível que a família que constrói uma rotina para leitura com seus filhos, potencializa essa criança para a aprendizagem de textos e a melhor compreensão das situações ao seu redor, e isso a incentivará a ser um leitor assíduo. Contudo, percebe-se evidente que o número de famílias que não tem uma rotina de leitura com seus filhos é significativo, portanto, essas crianças deixam de ter estímulos e aprender com os pais a ser um leitor e deixam de vivenciar diversas experiências que a leitura proporciona.

Gráfico 7 – Promoção de eventos literários

A escola onde a criança está matriculada promove eventos literários e convida as famílias a participação:



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com o gráfico, 75% afirmaram que a escola promove eventos literários que desafiam a participação dos familiares, 25% responderam que a escola não promove esse tipo de evento. A escola possibilita ao aluno vivenciar experiências únicas em conjunto com os outros, com trocas de saberes, informações, anseios, práticas e aprendizagens. Dalvi et al. (2018) destaca alguns aspectos pertinentes à escola.

Para que a escola cumpra seu papel concernente a real formação de um sujeito leitor de textos literários, é preciso que lhe dê subsídios, sendo a patrocinadora de textos literários. Para que isso aconteça, faz-se necessário um mínimo de estrutura para acolhimento (DALVI et al., 2018, p. 157).

Cabe inferir que além da importância em se possuir estruturas físicas adequadas, faz-se ideal promoção de eventos que incentivem a leitura no âmbito escolar e familiar, e a prática de eventos culturais, artísticos e dentre outros que elevam o nível cultural dos discentes para o mais próximo possível ao campo leitor.

Assim, nota-se que a escola tem contribuído em grande parte para o exercício de cidadania e formação de leitores das crianças, no qual é de suma importância para toda a vida, mas que convém fomentar mais eventos para a participação coletiva dos familiares.

Gráfico 8 - Participação em eventos na escola

Se a resposta anterior for sim, você participa desses eventos na Escola:



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Ao serem questionados acerca da participação nos eventos proporcionados na Instituição, 50% dos familiares responderam positivamente afirmando essa questão de que sempre participam, como pode ser observado no gráfico, outros 50% disseram quase sempre. Szymanski (2009) afirma que “educação familiar tem, também tem sentido de uma prática social [...]” (SZYMANSKI 2009, p. 17). Pois prepara o indivíduo para viver em sociedade.

Dessa forma, ao analisar as respostas dos familiares pondera-se que é de extrema importância o envolvimento da família nos eventos na escola, em especial nos eventos literários, pois a escola é o espaço integrador entre família, aluno e comunidade para a formação crítica dos estudantes.

Considerações finais

O desdobramento deste trabalho possibilitou uma análise da relação da instituição familiar no que se refere à formação leitora das crianças. Sendo que a pesquisa foi realizada especificamente familiares de alunos de 5 (Cinco) anos da Educação Infantil de uma instituição pública municipal de Linhares – ES. Com isso foi elaborado um questionário de perguntas abertas e fechadas direcionadas aos professores e familiares. Assim feito, conseguiu-se analisar as ideias de alguns autores sobre o assunto e refletir sobre aspectos da realidade escolar nas respostas dos entrevistados.

Com êxito conseguiu-se atingir os objetivos traçados no início do trabalho. Por meio das análises bibliográficas conseguimos observar como se dá o processo positivo de influência de leitura na vida do alunado e por meio da análise de dados foi possível evidenciar um incentivo relativo em relação à leitura literária no âmbito familiar. Evidenciando assim que é necessário que se estabeleçam vínculos mais fortes de suporte à formação leitora dos discentes via relação escola e família.

Ficou claro por meio de análise bibliográfica que a leitura é uma prática social essencial para o homem, um direito universal e um agente que humaniza em todas as áreas da vida, além de contribuir para a aprendizagem integral do indivíduo, mas não são todos os indivíduos que possuem acesso pleno a esse direito. A pesquisa confirma isso principalmente quando indica que boa parte dos pais não adquire ou (quase nunca adquire) livros literários para os filhos. Levantando-se a seguinte questão: se escola e família não ofertam livros literários aos sujeitos quem o fará nesse período crucial para a formação leitora?

A hipótese exposta no trabalho aponta para diversos problemas acerca do estímulo da leitura no âmbito familiar: aspectos relacionados à condição financeira dos familiares com relação a aquisição de material de leitura, falta de tempo hábil dos familiares destinado à leitura com os filhos em decorrência do cotidiano por fatores de trabalho e também aspectos culturais dos brasileiros em relação à leitura.

Esta pesquisa propiciou a oportunidade de conhecer e refletir a importância do fomento à leitura como uma prática na vida das crianças, que é imprescindível logo na fase inicial da infância. Propiciou também conhecer como a família se comporta diante da prática da leitura literária na primeira infância.

Referências

ALVEZ, J. E. D. *A Família DINC no Brasil: algumas características sócio-demográficas* / José Eustáquio Diniz Alvez, Suzana Marta Cavenaghi, Luiz Felipe Walter Barros. IBGE, Rio de Janeiro, p.34, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo.html?id=249328&view=detalhes>. Acesso em 22 de abril de 2021.

BOTINI, G. A. L; FARAGO, Alessandra Corrêa. Formação do Leitor: *Papel da Família e da Escola. Cadernos de Educação*, São Paulo, p. 44-57, 2014. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014073856.pdf>. Acesso em: 7 mai. 2021.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 7 mai. 2021.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*: D.O, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 5 mai. 2021.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. 134. ed. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. 1. ed. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

DALVI, M. A. *et al. Literatura e educação: gêneros, políticas e propostas*. 1. ed. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. p. 20-32.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

KRUG, Flavia Susana. *A importância da leitura na formação do leitor*. Revista de educação do IDEAU, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 22, p. 1-14, dez./2015. Disponível em: https://www.caxias.ideau.com.br/wpcontent/files_mf/d4ec50fa8dff16815b9bf525976d2b5c277_1.pdf. Acesso em: 6 mai. 2021.

LIBBY, D. C. *et al. História da família no Brasil (séculos XVIII XIX e XX): Novas análises e perspectivas*. 1. ed. Belo Horizonte –MG: Fino Traço, 2015.

MOTT *et al. Escola e os novos arranjos familiares Saúde Coletiva*. Editorial Bolina, São Paulo, v. 6, n. 28, p. 63-66, jan./2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84202807>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PISA. Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206 . Acesso em: 30 abr. 2021.

SAMARA, E. D. M. *O Que Mudou na Família Brasileira : da Colônia à Atualidade*. Psicol., São Paulo, v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642002000200004&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 22 abr. 2021.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia: Coleção polêmicas de nosso tempo*. 42. ed. Campinas: Autores Associados , 2012.

SZYMANSKI, Heloisa. *A relação Família /Escola: desafios e perspectivas*. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2009.

_____. *Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional*. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 21, n. 2, p. 5-16, mai./ago, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-166x2004000200001&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 10 mai. 2021.

ZILBERMAN, Regina. *A leitura e o ensino da literatura*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1988.